



EMENDA Nº
(ao PL 81/2024)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º, inciso XI, do Projeto de Lei nº 81, de 2024:

.....

XI- a partir do mês de fevereiro do ano-calendário de 2024:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)
Até 4.236,00	-
De 4.236,01 até 4.950,00	7,5
De 4.950,01 até 7.664,00	15
De 7.664,01 até 14.250,10	22,5
Acima de 14.250,10	27.5

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 81, de 2024, trata da tabela de incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física para incluir a remuneração que vai até 2 salários-mínimos na faixa de isenção. O Projeto de lei vai na direção de acompanhar a valorização conferida pela Lei nº 14.663, de 2023, que estabeleceu o salário-mínimo (corrigido) para 2024 em R\$ 1.412,00.

Em que pese a boa intenção da proposta, a ampliação da faixa de isenção apenas para as faixas de renda menores, fora objeto de críticas de especialistas.



O intuito de concentrar a desoneração mediante a ampliação da isenção sem a repercussão às demais faixas de renda viola a progressividade do Imposto de Renda (art. 153, § 2º, inciso I da Constituição).

Como norte, o princípio da progressividade, a ampliação da isenção deve sensibilizar todas as faixas de renda tributável. De se observar, ainda, que a utilização da antecipação do desconto simplificado reforçou o objetivo de não repercussão em faixas superiores de renda, “freando” o efeito progressivo.

Nesse sentido, a presente emenda, leva em consideração o piso de 3 (três) salários mínimos, para isenção do Imposto de Renda.

Quanto a fonte de custeio, na seara de gastos tributários, tem chamado atenção a elevada renúncia de receitas, por exemplo, do simples nacional (estimada em R\$ 125,4 bilhões para 2024, o que já representa 23,9% do total dos gastos tributários). Pesquisadores manifestam preocupação com a magnitude dessa renúncia e com a efetividade desse modelo tributário. O Banco Mundial divulgou recentemente estudo em que se discutem as distorções ocasionadas pelo regime do simples nacional, sendo meio de alternativa viável para acompanhar a lei de responsabilidade fiscal.

Diante do exposto, solicitamos apoio dos nobres pares para aprovação da emenda.

Sala das sessões, 9 de abril de 2024.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)

